

Previsão é reduzir déficit público em Cr\$ 145 trilhões

Brasília — O pacote econômico do governo deverá provocar uma redução de até Cr\$ 145 trilhões no déficit público para 1986, previsto em Cr\$ 211 trilhões no Orçamento Fiscal aprovado recentemente pelo Congresso.

Um assessor do ministro do Planejamento, João Sayad, revelou que as medidas fiscais deverão proporcionar uma economia de Cr\$ 54 trilhões, além de um alívio adicional proporcionado pela redução das taxas de juros internas de até Cr\$ 35 trilhões. A previsão do Ministério da Fazenda é a de que as taxas de juros ficarão entre 14% e 15% acima da correção monetária, ao longo de 86, contra uma previsão inicial de 18% a 19%.

Outros cortes

Outra parte substancial da redução do déficit público virá da contenção de gastos, racionalização no fluxo de caixa do Tesouro e privatização de empresas estatais até o montante de Cr\$ 50 trilhões. Explicam os técnicos que o primeiro grupo de 14 empresas a serem privatizadas deverá render aos cofres do governo algo entre Cr\$ 10 trilhões a Cr\$ 15 trilhões, mas, numa segunda etapa, tal montante pode dobrar, dependendo do porte das empresas a serem transferidas ao setor privado.

Do lado das 425 empresas estatais haverá um corte de 10% nas despesas com pessoal e um equilíbrio no chamado orçamento de despesas globais. Tal orçamento, ora em fase de elaboração na Secretaria de Controle das

Estatais (Sest), devendo atingir a Cr\$ 1 quatrilhão, significa que as tarifas dos serviços públicos — aço, energia elétrica, gasolina, ao lado do trigo — deverão ter aumentos reais, isto é, acima da inflação estimada para 1986.

No orçamento de 1986 a inflação embutida é de 160% e, segundo explicações fornecidas pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, João Manuel Cardoso de Melo, a gasolina e os demais derivados de petróleo terão aumentos superiores em 3,5% à inflação de 86.

O Ministro Sayad defendeu, em Florianópolis, o pacote do governo dizendo que "só com redução de gastos não seria possível gerar recursos para conter o desequilíbrio do setor público e reduzir as taxas de juros". Mas considerou "infeliz" a decisão de adotar, agora, a mudança no cálculo da inflação, embora apóie a nova fórmula e a criação do conselho do INPC.

A mudança nos cálculos da inflação, segundo Sayad, "foi uma batalha que vinha sendo travada desde março. Foi uma medida de coragem, embora inadequada neste mês de novembro, junto com o pacote.

Emissão de moeda

O presidente José Sarney encaminhou mensagem ao Congresso Nacional solicitando homologação para a emissão adicional de papel-moeda, ainda este ano, no valor de Cr\$ 14 trilhões. Com essa medida, as emissões de moeda, em 1985, alcançarão até Cr\$ 24 trilhões acima dos limites legais.